

## **DISCIPLINAS DE SAÚDE COLETIVA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: descrição em um estado do Nordeste Brasileiro**

### **PUBLIC HEALTH SUBJECTS IN PHYSICAL EDUCATION UNDERGRADUATE COURSES: description in a Northeast Brazilian State**

Paula Matias Soares; Camila Brasileiro de Araújo Silva; Samuel Miranda Mattos; Joel de Almeida Siqueira Júnior; Leandro Araújo Carvalho; Thereza Maria Magalhães Moreira.

Universidade Estadual do Ceará – UECE

**Contato:** [paula.soares@uece.br](mailto:paula.soares@uece.br)

**RESUMO:** A Saúde Coletiva é o cenário onde se desenvolve a atual política de saúde nacional e espaço de trabalho de largo contingente dos profissionais de educação física. Porém, acredita-se não haver ainda ampla formação na área para estes profissionais. O objetivo deste estudo foi descrever a existência ou não de disciplinas voltadas à Saúde Coletiva nos cursos de Graduação em Educação Física de um Estado do Nordeste brasileiro. O estudo descritivo examinou matrizes curriculares dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições de Educação Superior do estado e averiguou a existência de disciplinas que contemplassem Saúde Coletiva. Os resultados mostraram percentual elevado de instituições sem disciplinas que abordem o tema. Constatou-se, portanto, a insatisfatória formação em Saúde Coletiva destes profissionais, requisitando maior e melhor formação profissional nesta área, com vistas à sincronia dessa formação com as políticas nacionais e, inclusive, com o atendimento da demanda do mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Currículo. Graduação. Educação Física. Saúde Coletiva. IES.

**ABSTRACT:** The Public Health is the scenario where develops current national health policy and large contingent workspace of physical education professionals. However, it is believed there is not yet broad education in this area for these professionals. The aim of this study was to describe the existence of disciplines focused on Public Health in Physical Education Undergraduate Courses of a northeastern brazilian state. The descriptive study examined curriculum matrices of undergraduate courses in Physical Education Institutions of Higher Education of the state and sought to find any courses that addressed Public Health. The results showed a high percentage of institutions without disciplines that address the topic. Therefore, it was found unsatisfactory formation of these professionals in Public Health, ordering bigger and better training in this area, in order to sync this training with national policies and even to meet the demand of the labor market.

**Keywords:** Curriculum. Graduation. Physical Education. Public Health. IHE.

**Data de aceite:** 09/2014

## INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva é o cenário onde se desenvolve a atual política de saúde nacional e espaço de trabalho de largo contingente dos profissionais de educação física. Porém, acredita-se não haver ainda ampla formação na área para estes profissionais (PASQUIM, 2010).

O curso de Educação Física foi reconhecido como integrante da área da saúde no ano de 1997 pelo Conselho Nacional de Saúde por meio da resolução nº 218/97 (BRASIL, 1997). Apenas um ano depois, em 1998, a profissão de educação física e seus profissionais foram reconhecidos pela publicação da lei federal nº 9696/98, com a consequente criação dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Educação Física (ANDERÁOS, 2005).

Nos últimos anos, a Educação Física vem ganhando cada vez mais destaque no Sistema Único de Saúde (SUS). A prática de atividade física tem sido referida como uma das mais importantes estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. Programas com fins preventivos são considerados de baixo custo e, quando bem estruturados, fortalecem o processo de prevenção das doenças e reduzem os gastos por internações (BRASIL, 1994; OLIVEIRA, 2008).

No ano de 2006, foi publicada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), reconhecendo o estímulo às práticas corporais ou atividade física como importantes à saúde (BRASIL, 2006). Em 2008 foi criado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que insere profissionais de diferentes áreas na atenção básica, incluindo a Educação Física (BRASIL, 2008).

Tanto a PNPS quanto o NASF foram importantes conquistas para a área da Educação Física, pois, até recentemente, esta área estava limitada a uma atuação no âmbito educacional ou nos clubes esportivos e academias de ginástica. Essas conquistas contribuíram para a crescente expectativa de inclusão do

profissional de educação física no SUS, deixando em evidência a necessidade de repensar a formação em saúde (FONSECA et al., 2011).

No entanto, as dificuldades encontradas por este profissional são inúmeras, sendo que uma delas está em seu processo de formação, estando longe da demanda imposta pelos serviços públicos de saúde. Para Anjos (2009), o processo de formação do profissional da educação física deve considerar as necessidades de atuação como profissionais da Saúde Coletiva nas esferas da gestão e da promoção da saúde, dotando-os de conhecimentos e experiências que favoreçam o atendimento às necessidades sociais em saúde, a partir da promoção da autonomia dos sujeitos.

Silvio (2011) destaca que, por mais que as perspectivas de formação do profissional de educação física contemplem também o ensino da saúde, as estruturas curriculares atuais parecem insuficientes para atender à demanda necessária de informação para que esses futuros profissionais possam atuar de forma qualitativa.

Assim, o objetivo desse estudo foi descrever a existência ou não de disciplinas sobre Saúde Coletiva nos cursos de graduação em Educação Física em Instituições de Educação Superior em um Estado do Nordeste brasileiro.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, desenvolvido em março de 2014 no Estado do Ceará-Nordeste-Brasil. Inicialmente foram feitas buscas de todas as Instituições de Educação Superior (IES) que oferecem curso de Educação Física no estado do Ceará cadastrado no portal e-MEC que consiste em um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Após a busca, foi realizado um levantamento das matrizes curriculares de todas as IES. A investigação

aconteceu pela consulta nos sites das IES. Adotou-se como critério de inclusão o curso ser reconhecido e autorizado pelo MEC, e ter a matriz curricular disponível on-line e possuir modalidade presencial.

Foram encontradas 18 IES cadastradas no portal e-MEC (2014) que possuíam curso de Educação Física no Ceará, contudo, duas possuíam mais de um campus, sendo considerados ambos, uma não foi contabilizada por ter modalidade à distância e outras três foram excluídas por não possuírem matrizes on-line, totalizando 14 IES para o estudo.

Por fim, averiguou-se a existência de alguma disciplina que contemplasse a área de Saúde Coletiva. Para Anjos (2009), disciplinas que contemplam a Saúde Coletiva abordam informações sobre o sistema de saúde – estruturação, fundamentação, modelos de atenção, conceitos de epidemiologia e vigilância sanitária, conhecimentos indispensáveis para a apropriação do

processo de trabalho e filosofia das instituições de saúde, além de ferramentas que favorecem a assimilação da realidade das comunidades.

Para análise descritiva, os dados receberam tratamento estatístico através de frequência simples em termos absolutos e relativos, quando cabível. O estudo foi realizado observando-se os aspectos éticos da pesquisa normatizados pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), utilizando-se os dados obtidos exclusivamente para os propósitos desta pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a maior parte dos cursos possui formação direcionada à licenciatura (73,91%). A Tabela I a seguir mostra a distribuição dos cursos nos diferentes municípios e suas naturezas jurídicas.

**Tabela I** - Frequência dos cursos de Educação Física segundo administração financeira. Ceará- Nordeste-Brasil, 2014.

MODALIDADE	n	%
<b>BACHARELADO</b>	<b>06</b>	<b>26,09</b>
<b>CAPITAL</b>	<b>06</b>	<b>26,09</b>
Privada	05	21,74
Publica	01	4,35
<b>LICENCIATURA</b>	<b>16</b>	<b>73,91</b>
<b>CAPITAL</b>	<b>08</b>	<b>39,13</b>
Privada	06	26,09
Publica	02	13,04
<b>INTERIOR</b>	<b>08</b>	<b>34,78</b>
Privada	04	17,39
Publica	04	17,39
<b>Total Geral</b>		<b>100,00%</b>

Fonte: E-MEC, 2014.

Considerando as disciplinas dispostas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Educação

Física que mantém relação com a Saúde Coletiva, encontraram-se exemplos como mostrado na tabela II.

**Tabela II** – Disciplinas que mantêm relação com a Saúde Coletiva em Cursos de Educação Física no Ceará-Nordeste-Brasil, 2014.

FACULDADE	DISCIPLINAS
INSTITUIÇÃO 1	Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida, Ética na Saúde, Educação Física nas Unidades e Programas de Saúde
INSTITUIÇÃO 2	Epidemiologia e Saúde Pública
INSTITUIÇÃO 3	Saúde Coletiva e Atividades Físicas
INSTITUIÇÃO 4	Tópicos de Saúde Pública Aplicada à Ed. Física
INSTITUIÇÃO 5	Educação, Saúde e Qualidade de Vida
INSTITUIÇÃO 6	Epidemiologia Aplicada à Atividade Física
INSTITUIÇÃO 7	Epidemiologia e Medicina Esportiva, Educação Física Aplicada à Saúde
INSTITUIÇÃO 8	Práticas Corporais e Saúde Coletiva
INSTITUIÇÃO 9	Saúde Coletiva
INSTITUIÇÃO 10	Atividade Física e Saúde
INSTITUIÇÃO 11	Universidade, Saúde e Sociedade, Diversidade Humana, Saúde Coletiva, Educação Física na Saúde Coletiva

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com Nunes, Votre e Santos (2012), a estruturação do curso de Educação Física em licenciatura e bacharelado é considerada uma alternativa para melhor caracterizar o campo de intervenção de cada habilitação e melhor definir as competências e saberes de cada eixo. No entanto, Pasquim (2010) afirma haver um “distúrbio bipolar institucional” que fragmenta a formação acadêmica desfavorável nos cursos, o licenciado e sua visão no ambiente escolar e o bacharel e sua visão direcionada ao treinamento.

Apesar disso, a divisão do curso de educação física em licenciatura e bacharelado é recente, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2004, que define um novo modelo de curso, a graduação em Educação Física ou bacharelado em Educação Física (MENDES; PRUDENTE, 2011). Provavelmente, isso pode apresentar relação com a menor oferta de cursos de bacharelado, sendo este mais

relacionado com a formação aplicada à Saúde Coletiva.

Segundo o SINAES (BRASIL, 2007), o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes-ENADE é um instrumento para avaliar as IES em nível nacional e tem como objetivo identificar e criar novas estratégias de políticas públicas e dos gestores para a melhoria da qualidade do ensino, gerando a reestruturação das instituições. As alterações normalmente acontecem de modo que os alunos possam ter melhor desempenho no mercado de trabalho (GURGEL, 2010). A pesquisa identificou que a maioria dos cursos apresenta-se na categoria ‘sem nota’. Entretanto, conforme censo de educação superior realizado em 2006, o Nordeste é a região que obteve maior expansão de IES, com incremento de 307,92% entre 1997 e 2006. Assim, os cursos ainda não passaram pela avaliação do ENADE. A tabela III a seguir mostra as diferentes notas do ENADE obtidas em 2012.

**Tabela III** - Distribuição percentual dos Cursos de Educação Física por nota obtida no ENADE. Ceará-Nordeste-Brasil, 2012.

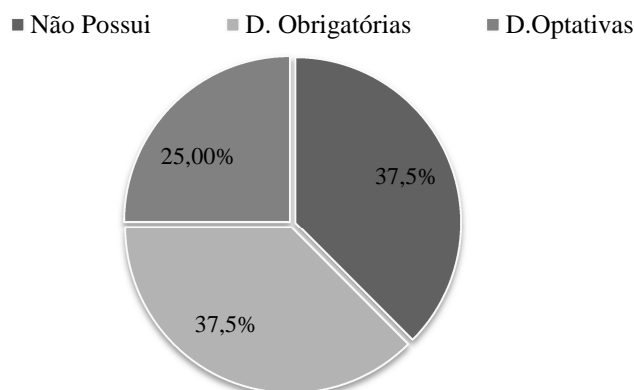
Curso	%
<b>BACHARELADO</b>	<b>26,09%</b>
3	13,04%
5	4,35%
Sem Nota	8,70%
<b>LICENCIATURA</b>	<b>73,91%</b>
3	13,04%
4	30,43%
Sem Nota	30,43%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: INEP, 2011.

De acordo com os resultados, observou-se percentual elevado de IES sem disciplinas sobre Saúde Coletiva, totalizando 37,5%. Quando feito o somatório do percentual das instituições que oferecem as disciplina de forma optativa e instituições que não

oferecem disciplinas voltadas à temática, totalizam 62,5%. Desta forma, percebeu-se que as instituições que oferecem a disciplina como obrigatórias se tornam minoria, demonstrando deficiência no processo de formação nesta área (Figura I).

**Figura I** - IES que possuem ou não disciplinas relacionadas à Saúde Coletiva. Ceará-Nordeste-Brasil, 2014.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Sabe-se que o Profissional de Educação Física está inserido nos programas do SUS e, para que haja uma atuação eficaz deste profissional, todas as IES deveriam oferecer disciplinas relacionadas à Saúde Coletiva. Ceccim e Bilibio (2002) afirmam que as disciplinas voltadas à área de saúde e SUS são pouco relevantes nas matrizes curriculares

dos cursos de saúde, dificultando a atuação dos profissionais. Além disso, Araújo (2007) ressalta haver divergência entre os problemas da atualidade e o preparo das matrizes curriculares, distanciando-se do conhecimento para uma boa orientação desses futuros profissionais para a saúde.

## CONCLUSÃO

As instituições de ensino superior em tela não oferecem satisfatoriamente uma formação que contemple a Saúde Coletiva, não garantindo direcionamento adequado aos profissionais de educação física na área, o que pode gerar lacunas no atendimento à população.

Requisita-se, portanto, maior e melhor formação profissional nesta área, com vistas à sincronia dessa formação com as políticas nacionais e, inclusive, com o atendimento à demanda do mercado de trabalho. Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos em outros estados e acerca da formação em Saúde Coletiva em nível de pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

- ANDERAÓS, Margareth. A Reorganização da Formação Profissional em Educação Física no Brasil: aspectos históricos significativos. 2005. 185f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ANJOS, Tatiana Coletto dos; DUARTE, Ana Cláudia Garcia de Oliveira. A Educação Física e a estratégia de saúde da família: formação e atuação profissional. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, ago. 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 06 de março de 1997. Brasília: CNS, 1997. Disponível em: <<http://www.crefsc.org.br/leis.php>>. Acesso em: 06 mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política nacional de promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <<http://www.cref6.org.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2007. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/%20Resumo\\_tecnico\\_2007.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/%20Resumo_tecnico_2007.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- CECCIM, Ricardo Burg; BILIBIO, Luíz Fernando. Articulação com o segmento estudantil da área da saúde: uma estratégia de inovação na formação de recursos humanos para o SUS. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Caderno de Textos do Projeto-Piloto da VER-SUS Brasil: vivências e estratégias na realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, [2003]. p. 04-19. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/versus\\_brasil\\_vivencias\\_estagios.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/versus_brasil_vivencias_estagios.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- E-MEC. Sistema de Regulação do Ensino Superior. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 01 jul. 2014.
- FONSECA, Silvio Aparecido *et al.* Pela criação da Associação Brasileira de Ensino da Educação Física para a Saúde: ABENEFS. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, Ilhéus, v. 16, n. 4, p. 283-288, Mai. 2011.
- FREITAS, Maria de Lourdes de Assis; MANDÚ, Edir Nei Teixeira. Promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: análise de políticas de saúde brasileiras. *Acta Paulista de*

Enfermagem, São Paulo, v. 23, n.2, p 200-205, Jul. 2010.

GURGEL, Carmesina Ribeiro. Análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes após o primeiro ciclo avaliativo das áreas de agrárias, saúde e serviço social do Estado do Piauí. Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas da Educação [online], vol. 18, n. 66, p. 85-104, Jan. 2010.

INEP. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Consulta de Resultados – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <  
<http://enadeies.inep.gov.br/enadeResultado/site/resultado.seam>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

MENDES, Cláudio Lúcio; PRUDENTE, Paola Luzia Gomes. Licenciatura x Bacharelado: o currículo da educação física como uma arena de Luta. Impulso, Piracicaba, v. 25, n. 21, p.97-108, Jan. 2011.

NUNES, Marcello Pereira; VOTRE, Sebastião Josué; SANTOS, Sebastião Josué. O profissional em Educação Física no Brasil: desafios e perspectivas no mundo do trabalho. Motriz, v. 18, n. 2, p. 280-290, Abr. 2012.

OLIVEIRA, Ana Katarina Pessoa de; BORGES, Djalma Freire. Programa de Saúde da Família: uma avaliação de efetividade com base na percepção de usuários. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 369-389, Mar. 2008.

PASQUIM, Heitor Martins. A Saúde Coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. Saúde & Sociedade [online], v. 19, n. 1, p. 193-200, Jan. 2010.

SANTANA Milena Lopes; CARMAGNANI, Maria Isabel. Programa saúde da família no Brasil: um enfoque sobre seus pressupostos básicos, operacionalização e vantagens. Saúde e Sociedade, v. 10, n. 1, p. 33-53, Jan. 2001.